

BOLETIM 129

Brasília, 24 de maio de 2016

Jucá vai se licenciar do cargo de ministro do Planejamento

O ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB), **(foto)** disse que vai se licenciar do cargo a partir desta terça-feira (24) até o Ministério Público Federal se manifestar sobre as denúncias contra ele.

"Vamos aguardar a manifestação do Ministério Público com toda a tranquilidade, porque estou consciente que não cometi nenhuma irregularidade e muito menos qualquer ato contra a apuração da Lava Jato, apoiei a Lava Jato", disse em entrevista no Congresso Nacional, após o presidente interino Michel Temer entregar a proposta de meta fiscal revisada. "Enquanto o MP não se manifestar, aguardo fora do ministério. Depois disso, caberá ao presidente Temer me reconvidar ou não, ele vai discutir o que vai fazer", afirmou.

O jornal Folha de S.Paulo publicou reportagem hoje (23) que diz que em conversas, gravadas em março, o atual ministro do Planejamento, Romero Jucá, sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado um pacto para impedir o avanço da Operação Lava Jato sobre o PMDB, partido do ministro.

Jucá disse que vai protocolar hoje um pedido na Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o órgão avalie se há alguma ilegalidade na gravação que comprometa a permanência dele no



ministério. No período da licença, Jucá reassumirá o mandato de senador e permanecerá na presidência do PMDB. O Ministério do Planejamento ficará sob comando do secretário-executivo Dyogo de Oliveira.

Romero Jucá disse que a decisão de se licenciar foi pessoal. Segundo ele, o presidente interino Michel Temer deu um voto de confiança, mas preferiu se licenciar para não ser usado "como massa de manobra".

Entrevista - Mais cedo, o ministro do Planejamento, Romero Jucá, negou que tenha tentado obstruir as investigações da Operação Lava Jato. Jucá disse ainda que não iria pedir afastamento do cargo. O ministro afirmou que não teme ser investigado.

"Nunca cometi e nem cometerei qualquer ato para dificultar qualquer operação, seja Lava Jato, ou qualquer outra", disse Jucá, em entrevista coletiva à imprensa. "Da minha parte, sempre defendi e expliciti e apoiei com atos a Operação Lava Jato. A política terá uma outra história depois da Operação Lava Jato".

De acordo com a reportagem, em um dos trechos da gravação Jucá disse que "tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria".



Ao ser questionado sobre o trecho, Jucá disse que estava se referindo ao cenário da economia do país, e não a uma paralisação da Lava Jato.

“Estava falando em delimitar as responsabilidades, que é dividir quem tem culpa e não tem culpa. Delimitar responsabilidade não é parar a investigação. Não tem esse diálogo, nessa conversa”, disse, argumentando que o jornal usou “frases soltas dentro de um diálogo”.

“A análise que fiz e comentários que fiz com o senador Sérgio Machado [ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras] são de domínio público. Disse o que tenho dito permanentemente a jornalistas, em entrevistas e debates”, afirmou.

Denúncia - A Folha de S.Paulo divulgou nesta segunda-feira (23) trechos de gravações obtidas pelo jornal que mostram conversas entre o ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR), e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Nas gravações, segundo o jornal, o ministro sugere que seria preciso mudar o governo para “estancar” uma “sangria”. Segundo as informações do jornal, o ministro estaria se referindo à Operação Lava Jato, que investiga fraudes e irregularidades em contratos da Petrobras.

Segundo a reportagem publicada pela Folha, os diálogos ocorreram em março deste ano. As datas não foram divulgadas e o jornal diz que as conversas ocorreram semanas antes da votação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. De acordo com o texto, Machado teria procurado líderes do PMDB por temer que as apurações sobre ele, que estão no Supremo Tribunal Federal (STF), fossem enviadas para o juiz federal Sérgio Moro, em

Curitiba, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância.

Nos trechos publicados, Machado diz que está preocupado com as possíveis delações premiadas que podem ser feitas. “Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho”.

Jucá responde que Machado precisava ver com seu advogado “como é que a gente pode ajudar” e cita que é preciso haver uma resposta política e mudança no governo. “Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria”, disse o ministro, segundo o jornal.

No diálogo publicado, Machado diz que a “solução mais fácil” era ter o então vice-presidente Michel Temer na presidência e que seria preciso fazer um acordo. “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional” e Jucá responde: “Com o Supremo, com tudo”. Logo em seguida Machado diz: “Com tudo, aí parava tudo” e o ministro concorda: “É. Delimitava onde está, pronto”.

De acordo com a Folha, Machado disse ainda que novas delações na Operação Lava Jato não deixariam “pedra sobre pedra”. O jornal diz que Jucá concorda com Machado de que o caso dele não pode ficar com Moro.

Jucá orienta ainda que Machado se reúna com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e também com José Sarney.

Nas gravações divulgadas pelo jornal, o ministro afirmou que teria mantido conversas com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não foram citados nomes e, segundo o jornal, Jucá disse que são poucos os ministros da Corte aos



quais ele não tem acesso. Machado diz que seria necessário ter alguém com ligação com o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF. Jucá diz que não tem uma pessoa e que Zavascki é “um cara fechado”.

O Supremo Tribunal Federal ainda não divulgou declarações a respeito das declarações divulgadas na reportagem. Segundo a Folha de S. Paulo, as gravações feitas somam mais de uma hora e estão com a Procuradoria-Geral da República (PGR). Procurada pela Agência Brasil, a PGR disse que não irá se manifestar sobre a reportagem.

Fonte: Agência GLOBO

Sindicatos rejeitam novo presidente da Petrobrás

Os sindicatos de petroleiros rejeitaram a indicação do ex-ministro Pedro Parente para a presidência da Petrobrás, confirmada na quinta-feira, 19. Em nota, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne 14 sindicatos no País, classificou de "inadmissível" a escolha do novo executivo, considerado "ultraliberal" e criticado pela gestão do apagão, em 2001. Já a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que reúne cinco sindicatos, criticou o "aprofundamento da privatização" da empresa. Em ao menos sete unidades da estatal no litoral de São Paulo, os sindicalistas fizeram atrasos nos turnos nesta manhã em protesto contra a crise na empresa. A mobilização afetou a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, o Terminal Marítimo de São Sebastião, a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA),

além de outros três terminais logísticos para recebimento de petróleo e a sede administrativa. De acordo com o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), a mobilização durou cerca de duas horas e buscava discutir com os operários a situação da empresa.

"Discutimos questões recentes, como a mudança na presidência, o Plano de Demissões Voluntárias (PDV), a venda de ativos da empresa, suspensão do benefício de farmácia, entre outros temas. Estamos vivendo uma tentativa de retrocessos nos direitos do trabalhador e temos a preocupação que a próxima proposta seja ainda pior", afirmou Tiago Nicolini Lima, diretor do sindicato.

Fonte: Agência GLOBO

Líder do governo não crê na aprovação da CPMF

Escolhido nesta semana líder do governo na Câmara com apoio de 300 deputados de 13 partidos, André Moura (PSC-SE) reconhece que não há clima político para aprovar a recriação da CPMF neste momento. Em entrevista exclusiva ao **Estado**, ele diz ser pessoalmente contra a estratégia de recorrer ao tributo como “proposta única” para recuperação da economia brasileira.

“Não há clima político para aprovar a CPMF”, disse Moura, lembrando que vários líderes já deixaram isso claro ao presidente em exercício Michel Temer. Na avaliação do deputado sergipano, a CPMF, sozinha, não trará resultados positivos.

Para ele, antes de pensar na recriação do tributo, é preciso aprovar um conjunto de medidas

econômicas que dê “conforto” ao governo para dialogar com Parlamento e sociedade.

Apesar do clima desfavorável, Moura prevê que o trabalho de convencimento dos líderes partidários para aprovação da matéria poderá ser mais fácil, em razão da base “sólida” de Temer na Câmara. “E nós temos essa base de partidos, que somam aí 407 deputados.” Segundo o deputado, “há um clima muito favorável de consciência” da base com a necessidade de ajuste fiscal, que será a “agenda prioritária” de Temer.

A recriação da CPMF foi proposta por Dilma Rousseff no ano passado, como uma das principais apostas para recuperação das contas públicas. O ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, já admite encampar a proposta. A avaliação de economistas é de que o tributo é mais simples e eficiente, pois é fácil de ser arrecadado. A contribuição incide sobre qualquer movimentação financeira.

Previdência. Moura também defende uma reforma previdenciária “que verdadeiramente permita” a sustentabilidade da Previdência Social, mesmo que, para isso, seja necessário mexer em direitos de trabalhadores que estão na ativa. “Não podemos ter uma reforma da Previdência de faz de conta, não pode ser uma reforma para inglês ver”, afirma o parlamentar.

Apesar da pressão das centrais sindicais, o líder diz que a proposta de reforma previdenciária que chegará ao Congresso será “mais viável”. “A proposta que chegar aqui vai ter sido construída na base do diálogo. E o que chegar aqui vamos trabalhar para aprovar, porque tenho certeza de que vai chegar da forma mais consensual possível.”

A escolha do líder provocou polêmicas durante a semana. Moura é réu em três ações penais no



Supremo Tribunal Federal e é investigado em pelo menos três inquéritos na Corte, entre eles um que apura suposta tentativa de homicídio. O deputado nega as acusações.

Pauta. Embora a pauta prioritária de Temer seja o ajuste fiscal e as reformas, Moura indica que o governo não pretende se opor à pauta conservadora da chamada bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala). Ele diz ainda não ter discutido com Temer como se comportará em relação a algumas dessas pautas. Pessoalmente, porém, se diz a favor da maioria delas. Ele é favorável, por exemplo, à revogação do Estatuto do Desarmamento, já aprovada em comissão especial da Câmara, embora defenda a revisão de alguns exageros aprovados.

Católico, Moura ainda diz ser favorável ao Estatuto da Família, aprovado em comissão da Casa que define o conceito de família como entidade formada a partir da união entre homem e mulher”. “Não sou contra o casamento homossexual, mas entendo que família é homem e mulher.” O deputado também diz ser “totalmente”, “100% a favor”, da redução da maioria penal de 18 anos para 16 anos.

Fonte: Agência CÂMARA



Senado define na terça-feira novo cronograma do processo de impeachment de Dilma

A segunda etapa do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff no Senado começa nesta terça-feira (24) com a apresentação do plano de trabalho do relator da Comissão Especial do Impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Até agora, já foi dado prazo de 20 dias, que terminam no dia 31 de maio, para que a presidente afastada apresente uma nova defesa por escrito. Chamada de pronúncia, é nesta fase que também são juntadas ao processo todas as provas consideradas importantes por acusação e defesa. Pode haver ainda audiência de testemunhas, diligências e debates entre a acusação e a defesa.

A partir daí, um novo relatório será elaborado por Anastasia, votado na comissão e depois no plenário da Casa. Assim como na fase de admissibilidade, de novo, em ambas as votações (na comissão e no plenário), será exigida

maioria simples, ou seja, metade mais um dos senadores presentes a sessão. Se aprovado o relatório no plenário, após 48 horas, será marcado o último julgamento que pode tirar definitivamente a presidente Dilma do cargo.

A Comissão Especial do Impeachment continua a ser presidida pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), mas caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski (*foto*), atuar como presidente dos dois julgamentos que ainda podem ocorrer no plenário do Senado sobre o caso. Lewandowski também dará a palavra final sobre questões de ordem apresentadas na comissão, mas que forem objeto de recurso no plenário da Casa.

Lewandowski já tem uma sala de apoio para trabalhar na 1ª vice-presidência do Senado, porém deve continuar despachando do Supremo.

Fonte: Agência ESTADO

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Dia 24 de maio (terça), participa de reunião da direção nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, na condição de vice-presidente, com o novo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, na sede da entidade, em Brasília.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)